

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscce o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

General Administration Department

Collectorate of Goa

Order

VPT/68/10

In exercise of the powers vested in him by sub-section (1) of section 7 of the Goa, Daman and Diu Village Panchayats Regulation, 1962, as amended by section 3 of the Goa, Daman and Diu Village Panchayats Regulation (Amendment Act) 1967, the Collector of Goa is pleased to authorise the Mamlatdars in Goa District to exercise the powers and discharge the functions mentioned in the above amended section 7.

S. N. Dhumak, Collector of Goa.

Panaji, 8th January, 1968.

Notification

VPT/68/25

In exercise of the powers vested in him by Rule 5 of the Goa, Daman and Diu, Village Panchayat (Election Procedure) Rules, 1967 the Collector of Goa is pleased to authorise the Mamlatdars in Goa District to exercise the powers and discharge the functions mentioned in the above said Rule in their respective Talukas.

S. N. Dhumak, Collector of Goa.

Panaji, 9th January, 1968.

Special Department

Order

SPL-EST-7664

In supersession of the order of even number dated 21st December, 1967, Shri S. N. Sapre, Director of Animal Husbandry and Veterinary Services, Panaji, is granted 31 days leave with effect from 5th January, 1968 upto 4th February, 1968. The nature of the leave will be intimated later. With effect from 5th February, 1968 his services are replaced at the disposal of the Government of Maharashtra.

(Tradução)

GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Departamento de Administração Geral

Repartição do Collector de Goa

Portaria

VPT/68/10

No uso das faculdades que lhe são conferidas pela alínea (1) do artigo 7.º de «Goa, Daman and Diu Village Panchayats Regulation, 1962» com as alterações feitas pelo artigo 3.º de «Goa, Daman and Diu Village Panchayats Regulation (Amendment Act) 1967», o Collector de Goa, autoriza os Mamlatdars do distrito de Goa, para exercerem os poderes e desempenharem as funções mencionadas no artigo 7.º, emendado, a que se refere acima.

S. N. Dhumak, Collector de Goa.

Panaji, 8 de Janeiro de 1968.

Despacho

VPT/68/25

No uso das faculdades que lhe são conferidas pela norma 5.ª de «Goa, Daman and Diu, Village Panchayat (Election Procedure) Rules, 1967», o Collector de Goa autoriza os Mamlatdars do distrito de Goa, para exercerem os poderes e desempenharem as funções mencionadas na citada norma, nos respectivos concelhos.

S. N. Dhumak, Collector de Goa.

Panaji, 9 de Janeiro de 1968.

Departamento Especial

Portaria

SPL-EST-7664

Em substituição da portaria de 21 de Dezembro de 1967, são concedidos ao Sr. S. N. Sapre, director dos Serviços de Pecuária e Veterinária, Panaji, 31 dias de licença, de 5 de Janeiro até 4 de Fevereiro de 1968. A natureza da licença será definida ulteriormente. A partir de 5 de Fevereiro de 1968, os seus serviços são repostos à disposição do Governo de Maharashtra.

With effect from 5-1-1968 and until further orders Shri V. G. S. Kakodkar, Deputy Director of Animal Husbandry and Veterinary Services shall look after the work of the Director of Animal Husbandry and Veterinary Services in addition to his own duties.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Deputy Secretary (Appointments).

Panaji, 3rd January, 1968.

Order

32-11-66-SPL

The working Group of the Administrative Reforms Commission on Life Insurance Administration will be on a visit to this Union Territory from 10-1-1968 to 12-1-1968 to examine the organisation and the working of the Life Insurance Corporation of India. The working Group will be headed by Shri Tenneti Vishwanathan, M.P., as Chairman and will include two members and the Secretary. The Chairman and members of the Group and the Secretary accompanying them are to be treated as State Guests during their stay in this Union Territory.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Deputy Secretary (Appointments).

Panaji, 6th January, 1968.

Law and Judicial Department

Office of the Inspector General of Prisons

Order

LD/EST/140-68

The Government has decided that there should be one Central Jail at Agoada and a Sub-jail at Reis Magos in the district of Goa and that the sub-jails at Panaji, Ponda, Margao, Vasco, Quepem, Mapuca and Bicholim be converted into Judicial lockups with effect from 1-1-1968. Orders to give effect to this decision have already been issued.

In view of the above arrangements, no convicts will be received in any of the aforesaid judicial lockups from various courts in the District of Goa. The convicts who are sentenced to less than six months imprisonment will be received in Reis Magos Sub-jail and convicts sentenced to six months or more shall be received in Central jail Agoada. Suitable arrangement in this behalf be made by all concerned.

This order shall come into force with immediate effect.

R. L. Segel, Inspector General of Prisons.

Panaji, 3rd January, 1968.

Notification

LD. 4-37-67-68

In exercise of the powers conferred by sub-section (3) of section 9 of the Code of Criminal Procedure 1898 as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu in consultation with the court of judicial Commissioner, is hereby pleased to appoint Shri Luis Renato Plo Noronha Civil Judge, Senior Division, Panaji as additional Session Judge in Goa District in addition to his duties.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

R. L. Segel, Law Secretary.

Panaji, 4th January, 1968.

A partir de 5 de Janeiro de 1968 e até ordens ulteriores o Sr. V. G. S. Kakodkar, director adjunto dos Serviços de Pecuária e Veterinária, exercerá as funções de director dos mesmos serviços, cumulativamente com as funções do seu cargo.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

D. V. Sawant, Secretário adjunto (Nomeações).

Panaji, 3 de Janeiro de 1968.

Portaria

32-11-66-SPL

O grupo executivo da Comissão de Reformas Administrativas sobre a Administração dos Seguros de Vida, estará de visita a este território da União, de 10 a 12 de Janeiro de 1968, a fim de verificar a organização e funcionamento da Corporação de Seguros de Vida da Índia. O grupo executivo será chefiado pelo Sr. Tenneti Vishwanathan, M. P., como presidente e incluirá dois membros e o secretário. O Presidente, os membros do grupo e o secretário que os acompanham serão considerados como sendo hóspedes do Estado, durante a sua estadia neste território da União.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

D. V. Sawant, Secretário adjunto (Nomeações).

Panaji, 6 de Janeiro de 1968.

Departamento de Justiça

Repartição do Inspector-Geral de Prisões

Portaria

LD/EST/140-68

O Governo decidiu que deveria haver uma cadeia central em Agoada e uma cadeia secundária em Reis Magos, no distrito de Goa e de que as cadeias secundárias de Panaji, Pondá, Margão, Vasco da Gama, Quepém, Mapuçá e Bicholim deveriam ser convertidas em cadeias judiciais, a partir de 1 de Janeiro de 1968. Foram já expedidas as necessárias instruções para o cumprimento da mesma decisão.

Em virtude deste arranjo, não serão recebidos, em qualquer das cadeias judiciais acima referidas, quaisquer indivíduos condenados pelos tribunais judiciais do distrito de Goa. Os indivíduos que tenham sido condenados a menos de seis meses de prisão, serão recebidos na cadeia secundária de Reis Magos e os que tenham sido condenados a seis meses de prisão ou mais, serão recebidos na cadeia central de Agoada. Deverão ser feitos os necessários arranjos a esse respeito pelas partes interessadas.

A presente portaria entra em vigor com efeito imediato.

R. L. Segel, Inspector-Geral de Prisões.

Panaji, 3 de Janeiro de 1968.

Despacho

LD. 4-37-67-68

No uso das faculdades conferidas pela alínea (3) do artigo 9.º do Código de Processo Penal de 1898, conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, de consulta com o tribunal do Comissário Judicial, nomeia o Sr. Luis Renato Plo Noronha «Civil Judge, Senior Division» Panaji, como «Additional Session Judge» do distrito de Goa, cumulativamente com as funções do seu cargo.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

R. L. Segel, Secretário de Justiça.

Panaji, 4 de Janeiro de 1968.

Corrigendum

LD/10/7/68(B)

In clause 4 of the Government notification no. LD/10/7/67 dated the 7th December, 1967 after the figure and words «2. The Principal Engineer of Public Works Department, Panaji, Goa» the following figure and words: «3. The Deputy Collector, North Sub-Division Panaji» shall be inserted.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

R. L. Segel, Law Secretary.

Panaji, 1st January, 1968.

Office of the Chief Electoral Officer

Order

ELN/DQN/67

The following Order Nos. Goa-LA/12/67(1); Goa-LA/12/67(2) dated 10th November 1967; Goa-LA/14/67(4) and Goa-LA/16/67(1) to 3 dated 12th December 1967 issued by the Election Commission of India is hereby published for general information.

R. L. Segel, Chief Electoral Officer and Law Secretary.

Panaji, 27th December, 1967.

Election Commission, India

Order

Goa-LA/12/67(1)

Talkatora Road, New Delhi-1,

Dated the 10th November, 1967

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Fernandes Ghanasham Xavier a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Santa-Cruz constituency, has failed to lodge an account of his election expenses in the manner required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any good reason or explanation for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Fernandes Ghanasham Xavier to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretary to the Election Commission.

Order

Goa-LA/12/67(2)

Talkatora Road, New Delhi-1,

Dated the 10th November, 1967

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Vassudeo Vaicunta Sinai Dukle a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Santa-Cruz constituency, has failed to lodge an account of his election expenses in the manner required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any good reason or explanation for the failure;

Corrigenda

LD/10/7/68(B)

No 4.º parágrafo do despacho n.º LD/10/7/67, de 7 de Dezembro de 1967, depois do número e palavras «2. Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas, Panaji, Goa» deve aditar-se o seguinte número e palavras «3.º O Collector adjunto, sub-divisão do norte, Panaji».

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

R. L. Segel, Secretário de Justiça.

Panaji, 1 de Janeiro de 1968.

«Office of the Chief Electoral Officer»

Portaria

ELN/DQN/67

Para conhecimento geral, a seguir se publicam as portarias n.ºs Goa-LA/12/67(1), Goa-LA/12/67(2), de 10 de Novembro de 1967 e n.ºs Goa-LA/14/67(4) e Goa-LA/16/67(1) a 3, de 12 de Dezembro de 1967, expedidas pela Comissão Eleitoral da Índia.

R. L. Segel, Comissário Eleitoral-Chefe e Secretário de Justiça.

Panaji, 27 de Dezembro de 1967.

Comissão Eleitoral da Índia

Portaria

Goa-LA/12/67(1)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,

10 de Novembro de 1967

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Ghanasham Xavier Fernandes, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa para Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Santa Cruz, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais da maneira prescrita pelo «Representation of the People Act, 1951» e das normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou qualquer razão ou explicação que pudesse justificar a sua falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Ghanasham Xavier Fernandes, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretário da Comissão Eleitoral

Portaria

Goa-LA/12/67(2)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,

10 de Novembro de 1967

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Vassudeo Vaicunta Sinai Dukle, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa de Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Santa Cruz, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais, conforme exige o «Representation of the People Act, 1951» e as normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, após ter apreciado o requerimento submetido pelo referido candidato, a Comissão Eleitoral verificou que não existe qualquer razão válida que pudesse justificar essa falta;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Vassudeo Vaicunta Sinai Dukle to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN
Secretary to the Election Commission.

Order

Goa-LA/14/67(4)

Talkatora Road, New Delhi-1,
Dated the 12th December, 1967

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Madhusudan P. Shirodkar a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Santo Estevam constituency, has failed to lodge an account of his election expenses in the manner required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any good reason or explanation for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Madhusudan P. Shirodkar to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN
Secretary to the Election Commission.

Order

Goa-LA/16/67(1)

Talkatora Road, New Delhi-1,
Dated the 12th December, 1967

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Narayan Govind Bhat Jotkar a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Ponda constituency, has failed to lodge an account of his election expenses in the manner required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any good reason or explanation for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Narayan Govind Bhat Jotkar to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN
Secretary to the Election Commission.

Order

Goa-LA/16/67(2)

Talkatora Road, New Delhi-1,
Dated the 12th December, 1967

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Tari Damodar Purushotam Tari, a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Ponda constituency, has failed to lodge an account of his election expenses in the manner required by

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Vassudeo Vaicunta Sinai Dukle, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN
Secretário da Comissão Eleitoral

Portaria

Goa-LA/14/67(4)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,
12 de Dezembro de 1967

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Madhusudan P. Shirodkar, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa para Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Santo Estevão, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais da maneira prescrita pelo «Representation of the People Act, 1951», e das normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, após ter apreciado o requerimento submetido pelo referido candidato, a Comissão Eleitoral verificou que não existe qualquer razão válida que pudesse justificar essa falta;

A Comissão Eleitoral de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Madhusudan P. Shirodkar, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN
Secretário da Comissão Eleitoral

Portaria

Goa-LA/16/67(1)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,
12 de Dezembro de 1967

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Narayan Govind Bhat Jotkar, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa para Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Ponda, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais da maneira prescrita pelo «Representation of the People Act, 1951» e das normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou qualquer razão ou explicação que pudesse justificar a sua falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Narayan Govind Bhat Jotkar, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN
Secretário da Comissão Eleitoral

Portaria

Goa-LA/16/67(2)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,
12 de Dezembro de 1967

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Damodar Purushotam Tari, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa para Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Ponda, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais da maneira

the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any good reason or explanation for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Tari Damodar Purushotam to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN
Secretary to the Election Commission.

Order

Goa-LA/16/67(3)

Talkatora Road, New Delhi-1,

Dated the 12th December, 1967

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Raikar Gajanan Gopinath a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Ponda constituency, has failed to lodge an account of his election expenses in the manner required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any good reason or explanation for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Raikar Gajanan Gopinath to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN
Secretary to the Election Commission.

Food and Civil Supplies Department

Directorate of Education

Order

DE/SEC/66/67/137

The Government is pleased to accord sanction to reconstitute the Education Council for the Union Territory of Goa, Daman and Diu, originally constituted under Govt. Order No. PDD/EDN/1541/66, dated 22-6-65.

The reconstituted Education Council will have the following members to advise Govt. on various educational matters:

1. Minister for Education, Chairman.
2. Secretary to the Govt. Education Department, Vice-Chairman.
3. Collector of Daman.
4. Civil Administrator, Diu.
5. Chairman or President of Goa Headmaster's Association.
6. Chairman or President of Goa Secondary Teachers' Association.
7. Representative of the University of Bombay.
8. Shri D. B. Wagh, Principal, Smt. P. Chowgule College of Arts and Science, Margao.
9. Shri Dattaram Chopdenker, M. L. A.
10. Shri Orlando Sequeira Lobo, M. L. A.
11. Fr. Gervasio Pinto, Representative of Xaverian Society, Pilar.
12. Shri Prabaker Angle, Representative of Swami Vivekanand Society, Panjim.
13. C. D. Deshpande, Additional Director of Education, Maharashtra State, Bombay.

prescrita pelo «Representation of the People Act, 1951» e das normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou qualquer razão ou explicação que pudesse justificar a sua falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Damodar Purushotam Tari, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN
Secretário da Comissão Eleitoral

Portaria

Goa-LA/16/67(3)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,

12 de Dezembro de 1967

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Gajanan Gopinath Raikar, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa para Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Pondá, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais da maneira prescrita pelo «Representation of the People Act, 1951» e das normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou qualquer razão ou explicação que pudesse justificar a sua falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Gajanan Gopinath Raikar, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN
Secretário da Comissão Eleitoral

Departamento de Alimentação e Abastecimento Cívico

Serviços de Instrução

Portaria

DE/SEC/66/67/137

O Governo autoriza a reconstituição do Conselho de Instrução para o Território da União de Goa, Damão e Diu, originalmente constituída pela portaria n.º PDD/EDN/1541/66, de 22 de Junho de 1965.

O Conselho de Instrução reconstituído, será composto dos seguintes membros, para dar o seu parecer ao Governo sobre vários assuntos relativos a instrução: —

1. Ministro de Instrução, presidente.
2. Secretário do Departamento de Instrução, vice-presidente.
3. Collector de Damão.
4. Administrador Civil de Diu.
5. Presidente da «Goa Headmasters' Association».
6. Presidente da «Goa Secondary Teachers' Association».
7. Representante da Universidade de Bombaim.
8. Sr. D. B. Wagh, director do «P. Chowgule College of Arts and Science» em Margão.
9. Sr. Dattaram Chopdenkar, M. L. A.
10. Sr. Orlando Sequeira Lobo, M. L. A.
11. Pe. Gervásio Pinto representante da Sociedade Xaveriana, Pilar.
12. Sr. Prabaker Angle, representante da Sociedade Swami Vivekananda, Pangim.
13. Dr. C. D. Deshpande, director adicional dos Serviços de Instrução, Estado de Maharashtra, Bombaim.

14. Shri B. Y. Oke, Principal, Dhempe College of Arts and Science, Panjim.
15. Shri A. R. Tople, Mapusa.
16. Shri N. P. Sukerkar, Margao.
17. Shri Anastasio Almeida, Margao.
18. Dr. (Miss) Teresa Kalathiweetil, Principal, Institute of Education, «Nossa Senhora de Piedade», Panjim.
19. Representative of the State Social Welfare Advisory Road.
20. Director of Education, Member-Secretary.

The powers and functions of the council as laid down in the above mentioned order No. PDD/EDN/1541/66 dated 22-6-1965 are as follows:

1. To Advise the Government on any educational questions which may be referred to it by Government.
2. To approve, recommend and co-ordinate the educational programmes submitted by Voluntary Educational Organisations.
3. To collect information wherever necessary on matters pertaining to the work of the Council and suggest improvements, in any branches of education.
4. To constitute wherever necessary ad-hoc Committees to consider any question and include in and ad-hoc Committee or authorise the ad-hoc Committee to co-opt members not being members of the Council, subject to the condition that the number of such Council, subject to the condition that the number of such additional members shall not exceed 50% of members of the Council on the ad-hoc Committee.
5. To examine the present Rules and Regulations whereby the Education Services and Establishments are run and to propose to the Government necessary alterations with a view to improving the efficiency of the Services.
6. To make rules for the transaction of its business, and
7. To perform such other functions as may be prescribed by Government.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

P. S. Varde, Director of Education and Additional Secretary to Government.

Panjim, 28th December, 1967.

14. Sr. B. Y. Oke, director do «Dhempe College of Arts and Science, Pangim.
15. Sr. A. R. Tople, de Mapuçá.
16. Sr. N. P. Sukerkar, de Margão.
17. Sr. Anastasio Almeida, de Margão.
18. Dr.ª Teresa Kalathiweetil, directora do Instituto de Instrução de Nossa Senhora de Piedade, em Pangim.
19. Representantes da Comissão Consultiva, Estadual, de Bem-Estar Social.
20. Director dos Serviços de Instrução, vogal-secretário.

As funções e atribuições do Conselho, conforme estabelece a portaria n.º PDD/EDN/1541/66, de 22 de Junho de 1965, são as seguintes:

1. Dar o seu parecer ao Governo, sobre assuntos educacionais que lhe sejam submetidos pelo Governo.
2. Aprovar, recomendar e coordenar os programas educacionais submetidos pelas Organizações Educacionais Voluntárias.
3. Colher informação, sempre que seja necessário, sobre assuntos referentes ao trabalho do Conselho, e sugerir melhoramentos em qualquer dos ramos de instrução.
4. Constituir, sempre que seja necessário, comissões provisórias para apreciar qualquer assunto e incluir ou autorizar a comissão provisória a co-optar membros, que não sejam membros do Conselho, sujeito à condição de que o número de tais membros suplementares da comissão provisória não exceda a 50 por cento dos membros do Conselho.
5. Examinar os Regulamentos e normas existentes sobre o funcionamento dos Serviços de Instrução e estabelecimentos de ensino e propor ao Governo as necessárias alterações a fim de melhorar a eficiência dos Serviços.
6. Formular normas para o funcionamento do Conselho.
7. Exercer quaisquer outras funções que lhe venham a ser atribuídas pelo Governo.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

P. S. Varde, Director dos Serviços de Instrução e Secretário Adicional do Governo.

Pangim, 28 de Dezembro de 1967.

Industries and Power Department

Order

In exercise of powers conferred by para 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order 1962 published in the Government Gazette dated 22nd March, 1962, and of all other powers enabling the Administrator in that behalf and in modification of the Notifications dated 3-2-64, 1-6-64, 22-1-65 and 20-1-66, respectively, and notwithstanding anything to the contrary contained in any Law or Order for the time being in force in this Territory, the Administrator hereby directs as follows:—

1) Subject to the paragraph 6 of this order, the rates at which lumpy iron ore of Goan origin of the grades mentioned in Column 1 of the Table below can be sold to any purchaser at the point of export out of India, shall not be lower than the rates mentioned against each in Column 2 thereof.

TABLE

Grade and Price basis Fe	Price in US \$ per dry metric ton FOBT
56%	5.05
58%	5.45
60%	6.78
62%	8.49

2) Over and above the basic rates prescribed in paragraph 1 above, the following minimum unitage will be payable:

- a) Below 63% Fe—US \$ 0.15 per unit, fractions pro-rata
- b) Above 60% Fe—US\$ 0.20 per unit, fractions pro-rata.

Departamento de Indústrias e Energia

Portaria

No uso das faculdades conferidas pelo § 2.º de «Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», publicada no *Boletim Oficial*, de 22 de Março de 1962, e de todas as outras faculdades que lhe são conferidas para esse fim, e alterando as portarias de 3 de Fevereiro de 1964; 1 de Junho de 1964, 22 de Janeiro de 1965 e 20 de Junho de 1966, respectivamente, e sem embargo do disposto em contrário em qualquer lei presentemente em vigor neste território, o Administrador determina o seguinte:

1) Sujeitos ao disposto no § 6.º desta portaria, os preços pelos quais o minério de ferro grumoso, de origem goesa e de teor indicado na 1.ª coluna da tabela que segue, poderá ser vendido a qualquer comprador, no local da exportação para fora da Índia, não serão inferiores aos preços indicados em relação a cada teor na 2.ª coluna da tabela.

TABELA

Teor e preço-base	Preço em dólares (US) por cada tonelada métrica, seca, FOBT
56%	5.05
58%	5.45
60%	6.78
62%	8.49

2) A acrescentar aos preços indicados no § 1.º acima, serão pagas as seguintes taxas mínimas por cada unidade:

- a) Inferior a 60% Fe—US \$ 0.15 por cada unidade, fracções pro-rata.
- b) Superior a 60% Fe—US \$ 0.20 por cada unidade, fracções pro-rata.

3) Subject to paragraph 6 of this order, the rates at which iron ore fines (Blue Dust) of Goan origin of the grades mentioned in column 1 of the table below can be sold to any purchaser at the point of export out of India, shall not be lower than the rates mentioned in column 2 thereof.

TABLE

Grade and Price basis Fe	Price in US \$ per dry metric ton FOBT
62%	4.50
60%	4.20

4) Over and above the basic rates prescribed in paragraph 3 above the following minimum unitage will be payable:

- Below 63% Fe — US \$ 0.15 unit, fractions pro-rata
- 63% and above — US \$ 0.20 per unit, fractions pro-rata.

5) These rates shall be deemed to have come into force with immediate effect and shall hold good till further orders.

6) The Administrator or any other person authorised by him in this behalf may permit in any individual case, any variation or modification of the rates specified in column 2 of the Tables in paragraph 1 and 3 above.

7) It is further clarified that the notified minimum rates are exclusive of any agency commission which the exporter may be required to pay in foreign exchange. Such agency commission, if any, will have to be over and above the net minimum export prices authorised by the Goa Administration.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

G. K. Bhanot
Chief Secretary

Panaji, 30th December, 1967.

Labour and Information Department

Order

LC/1/67

The following Order from the Government of India, Ministry of Labour, Employment and Rehabilitation (Deppt. of Labour & Employment), New Delhi, is hereby republished for the information of all concerned.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 4th January, 1968.

Order

Dated the 7th November, 1967

(No. 17/5/67-LR.III)

S.O. — In exercise of the powers conferred by sub-section (1A) of section 10 of the Industrial Disputes Act 1947 (14 of 1947), the Central Government hereby makes the following amendment in the Order of the Government of India in the Ministry of Labour, Employment and Rehabilitation (Department of Labour and Employment) No. S. O. 2639, dated the 27th July, 1967:

In the Schedule annexed to the Order, after the word «Bombay» the words «and of all its branches» shall be added.

S. S. SAHASRANAMAN
Under Secretary

3) Sujeitos ao disposto no § 6.º desta portaria, os preços pelos quais os resíduos de minério de ferro (blue dust) de origem goesa e de teor indicado na 1.ª coluna do quadro que segue, podem ser vendidos a qualquer comprador no local da exportação para fora da Índia, não serão inferiores aos preços indicados na 2.ª coluna da tabela.

TABELA

Teor e preço-base	Preço em dólares (US) por cada tonelada métrica, seca, FOBT
62%	4.50
60%	4.20

4) A acrescentar aos preços-base indicados no § 3.º acima, serão pagas as seguintes taxas mínimas por cada unidade:

- Inferior a 63% Fe — US \$0.15 por cada unidade, frações pro-rata.
- 63% e superior — US \$ 0.20 por cada unidade, frações pro-rata.

5) Estes preços consideram-se como tendo entrado em vigor com efeito imediato e manter-se-ão até ordens ulteriores.

6) O Administrador ou qualquer pessoa por ele autorizada para esse fim, poderá permitir, em casos individuais, quaisquer variações ou alteração dos preços indicados na 2.ª coluna das tabelas dos parágrafos 1.º e 3.º acima.

7) Esclarece-se que os preços mínimos acima referidos não incluem qualquer comissão de agência que o exportador tenha de pagar em cambial estrangeiro. Tal comissão de agência, caso exista, acrescerá aos preços mínimos da exportação autorizados pela Administração de Goa.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

G. K. Bhanot
Secretário-Chefe

Panaji, 30 de Dezembro de 1967.

Departamento de Trabalho e Informação

Portaria

LC/1/67

Para conhecimento geral, a seguir se torna a publicar a portaria do Ministério de Trabalho, Emprego e Reabilitação (Departamento de Trabalho e Emprego), do Governo da Índia, de Nova-Delhi.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústria e Trabalho.

Panaji, 4 de Janeiro de 1968.

Portaria

7 de Novembro de 1967

(No. 17/5/67-LR.III)

S.O. — No uso das faculdades conferidas pela alínea (1A) do artigo 10.º do «Industrial Disputes Act 1947 (14 of 1947)» o Governo Central determina que seja feita a seguinte emenda à portaria do Ministério de Trabalho, Emprego e Reabilitação (Departamento do Trabalho e Emprego) do Governo da Índia, n.º S.O. 2639, de 27 de Julho de 1967:

No quadro anexo à mesma portaria, depois da palavra «Bombaim» devem ser aditadas as palavras «e de todas as suas sucursais».

S. S. SAHASRANAMAN
Subsecretário

Ordem

LC/12/EPF/Not./67

The following Notification from the Government of India, Ministry of Labour, Employment and Rehabilitation, New Delhi, appointing Shri B. N. Raval as Regional Provident Fund Commissioner, is hereby republished for information of all concerned.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary of Industries and Labour Department.
Panaji, 4th January, 1968.

Notification

17(80)/65-PF-I(ii)

December 22, 1967

S.O. — In exercise of the powers conferred by sub-section (2) of section 5D of the Employees' Provident Funds Act, 1952 (19 of 1952), and in supersession of the notification of the Government of India in the Ministry of Labour, Employment and Rehabilitation No. S. O. 579 dated the 13th February, 1967, the Central Government hereby appoints Shri B. N. Raval as Regional Provident Fund Commissioner for the whole of the State of Maharashtra and the Union Territory of Goa, Daman and Diu to assist the Central Provident Fund Commissioner in the discharge of his duties.

2. This notification shall be deemed to have come into force on 13th November, 1967.

MAHINDRA KISHORE

Under Secretary

Public Health Department

Order

ILD/MC/238/65

In pursuance of Government of Maharashtra, Urban Development, Public Health & Housing Department's Resolution No. MCG 1066/7022/Q dated 5th Dec., 1967, Dr. D. S. Shrotri, on deputation to the Government of Goa, Daman and Diu as Assistant Professor of Pharmacology, Goa Medical College, Panjim, is hereby repatriated to his parent Department to join his posting thereunder, as Lecturer in Pharmacology at the Medical College, Aurangabad, with effect from the date of his actual relief from the Goa Medical College.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. R. Shinde, Under Secretary, Industries & Labour Department.

Panaji, 26th December, 1967.

Corrigendum

In the schedule attached to the notification n.º DF-FSH-93-66, dated 27th September 1967, published on page 196 of the Government Gazette, Series II, no. 29, dated 19th October 1967, against plot nos. 1, 3 and 4, survey nos. 779/Parte, the name of the person believed to be interested should be read as «Nayantara Gangadhar Agrawal, of Margao» and against plot nos. 2, 5 and 6, survey nos. 780/Parte, it should be read as «Agnelo Joaquim Mariano de Basilio Dias and Ires and Inandina Purificação de Basilio Dias».

Portaria

LC/12/EPF/Not./67

Para conhecimento geral, a seguir se torna a publicar o despacho do Ministério de Trabalho, Emprego e Reabilitação do Governo da Índia, de Nova-Delhi, nomeando o Sr. B. N. Raval, Comissário do Fundo de Previdência Regional.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 4 de Janeiro de 1968.

Despacho

17(80)/65-PF-I(ii)

22 de Dezembro de 1967.

S.O. — No uso das faculdades conferidas pela alínea (2) do artigo 5D do «Employees' Provident Funds Act, 1952 (19 of 1952) e em substituição do despacho n.º S. O. 579, de 13 de Fevereiro de 1967, do Ministério de Trabalho, Emprego e Reabilitação do Governo da Índia, o Governo Central nomeia o Sr. B. N. Raval, Comissário do Fundo de Previdência Regional, por todo o território de Maharashtra e território da União de Goa, Damão e Diu, a fim de auxiliar o Comissário do Fundo de Previdência Central, no desempenho das suas funções.

2. O presente despacho considera-se como tendo entrado em vigor em 13 de Novembro de 1967.

MAHINDRA KISHORE

Subsecretário

Departamento de Saúde Pública

Portaria

ILD/MC/238/65

De harmonia com a resolução do Departamento de Desenvolvimento Urbano, Saúde Pública e Habitações do Governo de Maharashtra n.º MCG 1066/7022/Q, de 5 de Dezembro de 1967, o Dr. D. S. Shrotri, em deputação para o Governo de Goa, Damão e Diu, como professor Assistente de Farmacologia, da Faculdade de Medicina de Goa, Panjim, é repatriado ao Estado de procedência para assumir as funções de leccionador de Farmacologia da Faculdade de Medicina de Aurangabad, a partir da data em que for dispensado das suas funções da Faculdade de Medicina de Goa.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

S. R. Shinde, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 26 de Dezembro de 1967.

Corrigenda

No quadro anexo ao despacho n.º DF-FSH-93-66, de 27 de Setembro de 1967, publicado à pgs. 1196 do *Boletim Oficial* n.º 29, 2.ª série, de 19 de Outubro de 1967, em relação aos terrenos n.ºs 1, 3 e 4, e cadastro n.º 779/Parte, o nome da pessoa que se presume ser interessada deve ler-se como «Nayantara Gangadhar Agrawal, de Margão» e em relação aos terrenos n.ºs 2, 5 e 6, cadastro n.º 780/Parte, deve ler-se como «Agnelo Joaquim Mariano de Basilio Dias e Ires e Inandina Purificação de Basilio Dias».